

Ano XVI n° 4985 – 11 dezembro de 2014

Bancários retomam debate sobre exames médicos do Santander



A Contraf-CUT, federações e sindicatos, através de um grupo de trabalho em saúde do trabalhador, voltam a se reunir na próxima terça-feira (16), das 15h às 17h, com o médico coordenador do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) do Santander, Gustavo Locatelli, para continuar a discussão sobre a denúncia, apresentada na primeira rodada de negociação do acordo aditivo, acerca da existência de um controle nos exames médicos para a caracterização do funcionário como inapto. A reunião será realizada no espaço do Banesprev no prédio do ex-Banespa.

A primeira reunião com a participação do médico ocorreu no dia 23 de outubro e, na ocasião, ele ouviu relatos indignados de dirigentes sindicais e prometeu trazer encaminhamentos.

HSBC é condenado por discriminação salarial

A 1ª Vara da Justiça do Trabalho de Campo Grande condenou o HSBC Bank Brasil S.A a pagar indenização no valor provisório de R\$ 15 mil podendo chegar a mais de R\$ 100 mil à uma funcionária por discriminação salarial.

Na ação, a funcionária cobrou a equiparação salarial com os demais servidores que desempenhavam as mesmas funções que ela, no entanto, recebem salários superiores. Bem como, indenização por uso de veículo próprio e indenização por prejuízos materiais e morais.

Em sua decisão, o juiz Izidoro Oliveira Paniago sustenta que “a equiparação salarial é fator antidiscriminatório que visa garantir salário igual para trabalhadores na mesma condição”. A decisão do magistrado, em conformidade com as leis trabalhistas, condenou o banco a pagar à funcionária as diferenças salariais e reflexos da equiparação salarial, reembolso de estacionamento e diferenças de horas extras e reflexos nos termos do item fixando a indenização provisória de 15 mil, que com seus devidos acréscimos e reajuste pode ultrapassar o montante de R\$ 100 mil.



Brasil transparente nos gastos federais

Um levantamento feito pela Organização não governamental Open Knowledge, divulgado ontem, dia 09/12, dá conta de que o Brasil é mais transparente que Estados Unidos, Dinamarca, Noruega e Alemanha no que diz respeito à abertura de dados dos gastos do governo federal.

O ranking é feito através dos seguintes critérios: existência dos documentos; estar em formato digital; ser publicamente acessível; ser gratuito; estar disponível online; poder ser processado por um computador; estar disponível em grandes quantidades; ter uma licença de uso aberto e ser fornecida de maneira atualizada. Porém, nas áreas como: resultados eleitorais, horários dos meios de transportes e níveis de poluição, o Brasil é apenas mediano. Por conta disso, o país só obteve pontuação de 100% para os dados do Orçamento.

A pior base de dados brasileira, segundo o Índice da Open Knowledge é das coordenadas de todos os CEP (Código de Endereçamento Postal), área em que o país apresentou piora em relação a 2013.

Impasse sobre metas e ranqueamento de bancários leva Itaú ao MPT-MG

Em reunião de mediação realizada na última semana na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE/MG) com os representantes do Itaú, o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte reafirmou a denúncia de que o banco está descumprindo a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ao fazer exposição de ranking de funcionários e continuar com cobrança excessiva de metas. Diante da insistência do banco em alegar que não está descumprindo a CCT, criou-se o impasse, e os representantes dos funcionários requereram a remessa do processo para o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Mesmo após a apresentação dos documentos que comprovavam o ranqueamento e a cobrança excessiva de metas, o banco continuou insistindo em negar que expõe ranking de funcionários.